

RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo desta dissertação será disponibilizado somente a partir de 08/03/2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Faculdade de Filosofia e Ciências

JESSICA SAMPAIO FIORINI

**EDUCAÇÃO SEXUAL NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL:**

currículo e práticas de uma escola pública da cidade de Marília-SP

MARÍLIA
2016

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de Filosofia e Ciências
JESSICA SAMPAIO FIORINI

**EDUCAÇÃO SEXUAL NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL:**
currículo e práticas de uma escola pública da cidade de Marília-SP

DISSERTAÇÃO apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília/SP, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo

MARÍLIA
2016

Fiorini, Jessica Sampaio.
F521e Educação sexual nos anos iniciais do ensino
fundamental: currículo e práticas de uma escola pública da
cidade de Marília-SP / Jessica Sampaio Fiorini. – Marília,
2016.
159 f. ; 30 cm.

Orientador: Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade
Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2016.
Bibliografia: f. 117-122

1. Ensino Fundamental. 2. Educação sexual. 3.
Currículos. 4. Sexo. I. Título.

CDD 301.4107

JESSICA SAMPAIO FIORINI

**EDUCAÇÃO SEXUAL NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL:**
currículo e práticas de uma escola pública da cidade de Marília-SP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP – Campus de Marília.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: _____

Dra. Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo
Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”

2º Examinador: _____

Júlio Cesar Torres
Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”

3º Examinadora: _____

Maria de Fátima Salum Moreira
Universidade do Oeste Paulista

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de agradecer a algumas pessoas que, de alguma forma, contribuíram para que pudesse concluir este estudo.

Engraçado é perceber que quando me ponho a refletir sobre todas as pessoas que me ajudaram a realizar este desejo, posso enxergá-lo como um pequeno registro de minha história e de pessoas que dela fizeram parte. Desde a forma como escrevo até o assunto que me leva a escrever, tudo faz parte de uma longa história com pessoas incríveis com as quais tenho o privilégio de compartilhar a minha vida.

À minha família, pilar de minha existência. Por todo o apoio incansável de minha mãe que cuida de mim com muita dedicação. A meu pai pelo carinho e por ter me cobrado os estudos desde criança dizendo “Você tem que se dedicar, é agora!”.

Ao tripé! Minha irmã “Beca” pelas vezes que me ajudou no trabalho para que eu pudesse escrever. À minha “Bi”, por ter me ajudado com algumas tarefas, também, para que eu pudesse concluir minha pesquisa.

Agradeço por todo amor e apoio que recebi dessa pequena grande família e todos os esforços de meus pais para que pudessem ver suas três meninas trilhando bons caminhos. Sem afeto não somos nada! Então, muito obrigada!

Ao meu “floro amarelo”, quem esperou por algumas noites e dias o nosso encontro. Obrigada por sempre me contrariar e me mostrar novos pontos de vista para que eu possa ampliar meu horizonte de conhecimento. E por ter me ajudado a compreender aqueles textos complicados das disciplinas do mestrado!

À minha “ex-orientadora”, professora Gilsenir Dátalo, a qual me orientou no TCC e quem deu grande incentivo para minha inserção no mestrado.

À minha orientadora Tânia, pelos ensinamentos, pela paciência e humanidade. Obrigada pela compreensão e pelas palavras nos momentos difíceis!

À minha banca de qualificação, com suas críticas, dicas e muitos ensinamentos.

A todos/as os/as professores/as e educadores/as que se disponibilizaram a contribuir com esse trabalho.

Enfim... Agradeço a todo/as, amigos/as, familiares, professores/as, que me apoiaram e me fizeram crer que eu poderia conseguir. E consegui.

A sexualidade, enquanto possibilidade de caminho e alongamento de nós mesmos, de produção de vida e de existência, de gozo e de boniteza, exige de nós essa volta crítico-amorosa, essa busca de saber de nosso corpo. Não podemos estar sendo, autenticamente, no mundo e com o mundo, se nos fechamos medrosos e hipócritas aos mistérios e nosso corpo ou se o tratamos, aos mistérios, cínica e irresponsavelmente.

Paulo Freire

RESUMO

O presente estudo é resultado de pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós Graduação em Educação da FFC/UNESP – Marília, cujo objetivo foi de identificar como a questão da sexualidade é abordada pelos/as professores/as no espaço escolar, especificamente com relação à etapa dos anos iniciais do Ensino Fundamental de uma escola pública da cidade de Marília – SP. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa com abordagem qualitativa, sendo realizada a revisão bibliográfica sobre o tema, além de entrevistas semiestruturadas destinadas a docentes da escola envolvida no estudo. Os resultados indicaram que, muito embora reconheçam-se manifestações da sexualidade na etapa dos anos iniciais do Ensino Fundamental, há diversos conflitos vividos pelos/as educadores/as que acabam impedindo a concretização de práticas em educação sexual coerentes com uma perspectiva emancipadora, sendo, muitas vezes, reproduzidas condutas que encerram o tema da sexualidade na reprodução da espécie e/ou em Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs). Tais conflitos se configuram em verdadeiras angústias para os/as entrevistados/as, que, em grande parte, construíram suas concepções sobre a sexualidade em contextos repressivos. Considera-se que, a partir da formulação de uma política curricular, materializada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), seja necessária a realização de pesquisas que, de alguma forma, forneçam o conhecimento sobre como as escolas abordam as questões acerca da *sexualidade*, respeitando-se as diferentes realidades e as particularidades de cada etapa da educação. Nesse sentido, espera-se que esta pesquisa possa contribuir para um maior esclarecimento sobre sua temática e colaborar com a modificação nas tomadas de decisões sobre o tema em questão.

Palavras chave: Educação. Sexualidade. Educação sexual. Ensino Fundamental. Currículo escolar.

ABSTRACT

This study is the result of research conducted in the Graduate Program in Education FFC / UNESP - Marília, whose objective was to identify how the issue of sexuality is addressed by the teacher as at school, specifically with regard to stage of the early years of elementary education in a public school in Marília - SP. For this purpose, a study was conducted with a qualitative approach being conducted the literature review on the topic, and semi-structured interviews aimed at school teachers involved in the study. Overall, the results indicate that, even though they recognize themselves sexuality manifestations in step the early years of elementary school, there are many conflicts experienced by the educators those that end up preventing the realization of practices in sex education consistent with a perspective emancipatory, and often played conduct that contain the theme of sexuality in the reproduction of the species and or sexually transmitted diseases. Such conflicts are configured in real anguish for the respondents those who largely built their conceptions of sexuality in repressive contexts. It is considered that, from the formulation of a curriculum policy, embodied in the National Curriculum Parameters (BRASIL, 1998), is necessary to conduct research that somehow provide knowledge on how schools address the sexuality issues, respecting the different realities and particularities of each stage of education. In this sense, it is expected that this research will contribute to further clarification of its thematic and collaborate with the change in decision making on the subject in question.

Keywords: Education. Sexuality. Sex education. Elementary School. School curriculum.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA: abordagens educacionais e currículo.....	20
1.1 Parâmetros Curriculares Nacionais e a oficialização da sexualidade no currículo brasileiro.....	20
1.2 Educação sexual como parte do currículo escolar brasileiro: breve histórico.....	23
1.3 Gênero e sexualidade: abordagens educacionais.....	30
1.4 Educação sexual: uma discussão necessária à escola.....	41
2 SEXUALIDADE, GÊNERO E INFÂNCIA: o processo de difusão e imposição de modelos hegemônicos no decorrer da História.....	48
2.1 Religião e sexualidade.....	50
2.2 Sexualidade e o aburguesamento da sociedade.....	56
2.3 Sexualidade na contemporaneidade.....	62
2.4 Gênero e sexualidade.....	63
2.5 Infância e sexualidade.....	68
3 A EDUCAÇÃO SEXUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL NA FALA DE PROFESSORES/AS: um estudo envolvendo educadores/as de uma escola da rede municipal de Marília-SP.....	76
3.1 Um olhar sobre os sujeitos entrevistados.....	76
3.2 Considerações sobre a entrevista e sua transcrição.....	77
3.3 Relatos de experiências com a sexualidade na escola: manifestações e práticas.....	78
3.4 Currículo destinado à educação sexual: conteúdos e perspectivas.....	85
3.5 Conceitos: sexualidade e educação sexual.....	90
3.6 Necessidade de educação sexual na escola.....	94
3.7 Entraves da educação sexual na escola.....	98
3.8 Relatos de memórias sobre a educação sexual dos/as educadores/as.....	105
3.9 Medidas importantes para o trabalho com a sexualidade na escola, segundo os/as entrevistados/as.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110

REFERÊNCIAS.....	117
-------------------------	------------

APÊNDICES.....	123
-----------------------	------------

Apêndice A – Roteiro de entrevista - professor/a.....	124
--	------------

ANEXOS.....	126
--------------------	------------

Anexo A – Cópia da Proposta Curricular do município de Marília para o 1º ano do Ensino Fundamental, referente aos conteúdos de Ciências.....	127
---	------------

Anexo B – Cópia da Proposta Curricular do município de Marília para o 2º ano do Ensino Fundamental, referente aos conteúdos de Ciências.....	134
---	------------

Anexo C – Cópia da Proposta Curricular do município de Marília para o 3º ano do Ensino Fundamental, referente aos conteúdos de Ciências.....	140
---	------------

Anexo D – Cópia da Proposta Curricular do município de Marília para o 4º e 5º ano do Ensino Fundamental, referente aos conteúdos de Ciências.....	146
--	------------

Anexo E – Cópia do parecer do Comitê de Ética.....	157
---	------------

INTRODUÇÃO

Este estudo parte de uma perspectiva emancipadora sobre a sexualidade, na qual, essa não está limitada ao ato sexual ou ao sistema reprodutivo, mas, dentro de um princípio mais abrangente, conforme a definição assinalada por Ribeiro (2005), concebe-se que a sexualidade abarca questões subjetivas, envolvendo as relações de gênero, os sentimentos, o desejo, a busca pelo prazer, entre outros aspectos. Todavia, a família, a escola e a Igreja, dentre outras instituições sociais, vem reforçando que o tabu da sexualidade não está muito distante dos tempos atuais, e, assim, a sexualidade humana, geralmente, é compreendida socialmente de forma limitada, sendo desconsiderados diversos fatores intrínsecos ao tema. Conforme Castro e Silva (2002, p. 87):

Através do esconder, desmentir e ocultar, instituições como a família, igreja, escola e algumas ligadas à área da saúde vêm construindo, através dos séculos, a cultura da ignorância, que faz com que tenhamos chegado ao final do milênio sem estarmos à vontade com nossa própria sexualidade, pois não a conhecemos bem.

Segundo Ribeiro (2002) e Souza (1997), as concepções, noções e condutas sociais acerca da sexualidade, na passagem de cada período histórico, foram se construindo socialmente a partir de instituições, correntes ou grupos que difundiam comportamentos sexuais, baseando-se seja em dogmas religiosos, seja em pesquisas científicas com cunho médico-higienista.

Essa concepção foi modificada ao passo que os Movimentos Sociais, ocorridos a partir da década de 1980, influenciaram nas posturas relacionadas à sexualidade, vinculando-a aos ideais de liberdade. (RIBEIRO, 2002).

Ao mesmo tempo, umas das principais preocupações, para a sociedade, vividas naquele período, eram com a gravidez indesejada e a contração de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) pelos/as jovens. É nesse momento que a educação sexual¹ passa a fazer parte da agenda das políticas curriculares nacionais.

Até a sua introdução no currículo escolar brasileiro, houve um período de diversas tentativas e iniciativas de implementação da educação sexual nas escolas, sempre refreadas

¹ Dentre os/as autores/as que abordam a temática da sexualidade, não há um consenso entre a terminologia utilizada para designar a abordagem da sexualidade em instituições escolares, sendo ora designada como Orientação Sexual, ora como Educação Sexual. Essa pesquisa adota o segundo termo, qual seja Educação Sexual, em concordância com Werebe (1998, p. 155) “A expressão educação sexual parece ser a mais indicada para designar a prática educativa intencional em matéria de sexualidade. Alguns educadores optam pela expressão orientação sexual que, a meu ver, se presta a ambiguidades, podendo ser interpretada como a orientação que a pessoa imprime à sua sexualidade e que pode ser homossexual, heterossexual ou bissexual.”.

pelas instâncias superiores, nas quais a concepção limitada a respeito da sexualidade, ainda se fazia presente, como assinalam Sayão (1997); Werebe (1998) e Guimarães (1995).

A mídia, por sua vez, contribuiu com a instauração de uma concepção superficial sobre a sexualidade, sendo essa utilizada, via propaganda, até mesmo como um recurso auxiliador nas vendas de produtos. (RIBEIRO, 1990)

Foi então que na década de 1990 a sexualidade foi introduzida oficialmente no currículo educacional brasileiro, por meio dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCNs)², sendo proposta como um tema transversal para ser trabalhado por meio da “Orientação Sexual”.

A escola, por sua vez, configura-se num espaço de vivência e convívio, onde se passa parte significativa da vida (infância e adolescência). Assim, as expressões da sexualidade, bem como as curiosidades sobre a questão, ocorrem nesse espaço como em qualquer outro lugar. Porém, a escola vem reproduzindo uma postura repressora sobre a sexualidade, por meio de práticas docentes que ora omitem informações, ora transmitem concepções limitadas acerca do tema. Conforme Santos e Bruns (2000, p. 102): “É possível perceber que o educador, em seu cotidiano, muitas vezes prefere ignorar quaisquer manifestações da sexualidade que possam atrapalhar o andamento de suas aulas; em outras vezes, manda o aluno para fora da sala de aula com severa repreensão”.

Por outro lado, na tentativa de trabalhar o tema no âmbito escolar, muitas vezes, são transmitidas ideias limitadas sobre o assunto, relacionando-o ora apenas ao sistema reprodutivo, quando abordado em disciplinas da área de ciências biológicas, ora às DSTs, quando trabalhado em palestras isoladas conduzidas, geralmente, por profissionais da área da saúde. Entretanto, essas práticas seriam ainda insuficientes para o devido esclarecimento dos/as educandos/as a respeito do tema. (GAGLIOTTO; LEMBECK, 2011)

Além disso, esse tipo de abordagem auxilia na reprodução de preconceitos e tabus sexuais. Segundo Suplicy (1999), os medos e preconceitos dificultam o conhecimento e sua utilização acerca da sexualidade. Dessa forma, segundo a autora, é necessário transcendê-los, desmistificando esses velhos conceitos e abrindo caminhos para os conhecimentos que formarão a nova visão do sujeito sobre a sexualidade.

²O *Parâmetros Curriculares Nacionais*, constitui-se em uma política curricular do Conselho Nacional de Educação (CNE), sendo um instrumento norteador das práticas docentes para o terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de educação fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: temas transversais – orientação sexual*. Brasília, DF, 1998. v. 10.5.

Em realidade, de acordo com Ribeiro (1990); Santos e Bruns (2000), Castro e Silva (2002) e Figueiró (2006), a escola deveria proporcionar espaços onde temas relacionados à sexualidade fossem discutidos, sendo a diversidade de opiniões entre educandos/as, um ponto enriquecedor da aprendizagem e importante para um maior esclarecimento sobre o assunto em questão. Para os/as pesquisadores/as citados/as, as questões sexuais deveriam ser abordadas de forma crítica, num contexto onde existisse liberdade de expressão, pensamentos e opiniões, de maneira que não fossem impostos valores por parte da equipe escolar, mas sim, que fossem oferecidos conhecimentos e opções para que o/a próprio/a educando/a fosse capaz de escolhê-las, responsavelmente e conscientemente.

Tendo em vista os aspectos acima mencionados, é possível identificar que o fato de que a sexualidade esteja contemplada nos PCNs (BRASIL, 1998), não é suficiente para a sua efetiva inserção no contexto escolar, seguindo uma abordagem para além dos princípios biológicos e higienistas. Isso porque, existem entraves na realidade da escola, que dificultam essa abordagem mais ampla em educação sexual. Essas dificuldades estão relacionadas, segundo alguns autores/as, primeiramente, a um déficit na formação do/a professor/a e de outros membros da equipe escolar, os/as quais não teriam conhecimentos suficientes para abordar o tema de forma adequada. Além disso, a resistência por parte da família dos/as educandos/as, também é apontada como uma das dificuldades sentidas pelos docentes, visto que, trata-se de um assunto que é envolto de valores próprios de cada família. (SANTOS; BRUNS, 2000; FIGUEIRÓ, 2006).

Por outro lado, em relação às diretrizes normativas, para além dos PCNs (BRASIL, 1998), outras políticas educacionais vêm contemplando e instigando discussões acerca das questões de gênero e sexualidade na escola. Dentre elas, o Plano Nacional de Educação (PNE), 2014-2024, promulgando a Lei 13.005/2014, após um processo de tramitação que ocorria desde 2010 para a aprovação do Projeto de Lei. No Plano, foi apontada como uma de suas propostas: “a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”.

Todavia, conforme Nunes (2015, p. 1241, grifo da autora): “No correr das votações no Congresso, o texto acabou alterado e a redação final aprovada refere genericamente: ‘a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação’”. E dessa forma, excluíram-se da redação, gênero e sexualidade, fato que desagradou grupos e estudiosos/as da área, que reivindicam a inclusão da discussão sobre essas questões, em âmbito social.

Segundo Nunes (2015), grupos religiosos e conservadores estiveram entre os responsáveis pelas modificações, diga-se de passagem, nada neutras, sobre a proposta do PNE. Além disso:

Ativistas contrários à inclusão de gênero e dos direitos LGBT presentes à sessão da Comissão especial sobre o PNE, da Câmara dos Deputados que apreciou e votou o projeto de lei, portavam cartazes de explícito repúdio à “ideologia de gênero”. Alguns deles diziam: “Gênero não!” ou “Não à ideologia de gênero!”. (NUNES, 2015, p. 1243, grifos da autora)

Esse repúdio às questões de gênero, ou até à palavra *gênero*, não se deu somente com relação ao PNE, visto que diversos Planos Municipais de Educação (PME) também receberam as mesmas críticas em seus textos. Dentre eles, o Plano Municipal de Educação de Marília, SP, que, ao ser tramitado para aprovação pelo município, recebeu diversas críticas, advindas, especialmente, de grupos religiosos conservadores. Diante disso, a Diocese da Igreja Católica da região divulgou uma nota dizendo:

A ideologia de gênero subverte o conceito de família, que tem seu fundamento na união estável entre homem e mulher, ensinando que a união homossexual é igualmente núcleo fundante da instituição familiar. As consequências da introdução dessa ideologia na prática pedagógica das escolas contradiz frontalmente a configuração antropológica de família, transmitida há milênios em todas as culturas. Isso submeteria as crianças e jovens a um processo de esvaziamento de valores cultivados na família, fundamento insubstituível para a construção da sociedade. Diante dessa grave ameaça aos valores da família, esperamos dos governantes do Legislativo e Executivo uma tomada de posição que garanta para as novas gerações uma escola que promova a família, tal como a entendem a Constituição Federal (artigo 226) e a tradição cristã, que moldou a cultura brasileira. (REGIONAL SUL 1/CNBB, 2015)

Os Bispos assinalam, ainda, que os Planos Municipais deveriam seguir o PNE, no qual as questões de gênero já haviam sido excluídas das redações.

Assim, alguns vereadores propuseram emendas que excluíssem a palavra gênero do PME de Marília, sendo encontrada a solução pela substituição da palavra *gênero*, pela palavra *sexo*. Com a aprovação unânime dos vereadores, foi aprovado o PME mariliense, sendo excluída qualquer proposição em relação às políticas de gênero.

Nesse sentido, justifica-se, mais uma vez, a importância de que sejam continuados os estudos sobre o tema em questão, considerando os diversos entraves a serem superados para implementação de políticas curriculares que tratem das questões de gênero e sexualidade, compreendendo o currículo não como uma simples seleção e organização didática de

conteúdos, mas como: “[...] um projeto seletivo de cultura, cultural, social, política e administrativamente condicionado, que preenche a atividade escolar e que se torna realidade dentro das condições da escola tal como se acha configurada.” (SACRISTÁN, 2000, p. 36)

Além disso, tomando como base as considerações de Cação (2012b), que tangem a função da escola como a de contribuir para a transformação da realidade, o que deveriam ser aprendidos nas escolas, não são apenas conteúdos formais, conforme já dito, mas sim, as atitudes próprias de um sujeito consciente e crítico. É a partir dessa perspectiva que se compreende que as questões de gênero e sexualidade devem adentrar o currículo escolar.

É preciso que as crianças possam “tomar a chefia” de sua identidade sexual, que vivenciem com autenticidade sua sexualidade, sem medos, sem preconceitos e simplesmente sendo. Que sintam-na como uma oportunidade de deleitar a vida, as descobertas e aprendizados. É preciso que as crianças percebam as diferenças como um meio de ampliar seus horizontes. Que valorizem a troca de vivências, de gostos, de maneiras de se sentir feliz. É preciso que as crianças critiquem aquilo que as aprisiona de si mesmas, que as impede de encontrarem-se e experienciar. É claro, conscientes dos cuidados e atitudes importantes para prevenirem-se dos riscos da vida, mas que sua sexualidade não se limite a eles. Esse deveria ser o sentido da educação sexual e a escola, como um espaço privilegiado do encontro com diferentes, poderia ser a precursora dessa ideia.

O interesse por tal temática, surgiu por meio de questionamentos pessoais relativos a um problema encontrado por mim³ em minha realidade no Ensino Fundamental e Médio, concluídos em escolas públicas na cidade de Marília, ao considerar minhas experiências escolares e o fato de que não tivera a possibilidade de discutir, de maneira natural e significativa, a sexualidade durante toda minha vivência na escola de educação básica.

Com quem falar? O silêncio sobre o assunto já me dizia muito sobre ele. A minha concepção era a de que as meninas deveriam ser delicadas, e, quando adolescentes, devem cuidar de sua beleza, de seu corpo e de seu corpo! Ao crescerem, não devem se esquecer de que terão que saber cozinhar, como todas as mulheres. “Beijo na boca? Só quando moça.” “Sexo? Isso é para pessoas casadas.” “O que é? Como é?” “Não pense nisso!”. Mas ora, uma garota que vem de uma família que não é adepta a nenhuma religião específica, nos tempos atuais, como poderia ter tantos *grilos* em relação à sexualidade? Pois bem, não dá para saber,

³ A partir desse momento do texto, onde são explicitados os motivos que influenciaram no interesse pela temática desta pesquisa, foi redigido em 1ª pessoa, no caso “Eu”, considerando que tratam-se de passagens nas quais são citadas situações pessoais vivenciadas pela pesquisadora. Assim, nos momentos seguintes, o texto irá ser escrito em 3ª pessoa.

ao certo, como foi, nem quando foi que percebi a sexualidade se construindo em mim enquanto um tabu.

E quem me faria refletir sobre tudo isso? E quem diria que não era bem assim? Que a minha identidade é minha e que ninguém pode ser por ela? Quem me diria que não seria feio quando precisasse gritar? Que não é pecado deleitar a vida e se apaixonar?

Dentro de casa, o silêncio. Na televisão, aqueles modelos tradicionais de mulheres, de beleza, de comportamentos. E na escola, por sua vez, não foi proporcionada nenhuma discussão que me instigasse a pensar sobre todas essas questões. No máximo o que me lembro, era de palestras sobre doenças perigosas que a vivência da sexualidade poderia me ofertar.

As auto indagações me chegaram tardias, mas me fizeram refletir sobre como teria sido se eu antes tivesse me perguntado o porquê. Ou se naqueles tempos de criança e adolescente, houvesse alguém que me dissesse que não tem que ser assim e que não é “feio” conhecer sua sexualidade.

Assim, quando cursava o primeiro ano do curso de Pedagogia, da UNESP, tive que elaborar um trabalho requisitado numa disciplina denominada *Metodologia do Trabalho Científico*, ministrada pela professora Neusa Maria Dal Ri. A princípio, o foco na realização do trabalho era de conhecer algumas normas técnicas de pesquisa e registro. Porém, ao decidir sobre o tema a ser pesquisado, recordei-me das minhas inquietações. Havia também a possibilidade de fazê-lo em conjunto a um/a colega da turma. Juntei-me a minha amiga e percebemos que ambas tínhamos interesse pela temática da sexualidade na escola.

No processo de elaboração da monografia, eu e essa minha amiga, trocávamos muitas informações e experiências sobre a forma como fomos educadas em relação à sexualidade e, muito embora tivéssemos uma diferença de idade de mais de trinta anos, percebemos que havíamos passado por algumas vivências semelhantes, tais como a falta de diálogo e orientação por parte da família, o que não era muito diferente em relação à escola.

Além disso, ao longo de minha formação, ou mesmo em alguns momentos vividos a partir da minha prática, seja como estagiária do curso de Pedagogia, seja como professora, posteriormente, pude presenciar algumas situações em relação às manifestações da sexualidade infantil, bem como às práticas de professores/as referentes a essas questões.

O contato com profissionais da área, com alguns/mas professores/as, pelos/as quais tive a oportunidade de ouvir alguns relatos de experiências, também influenciou, de alguma forma, minhas percepções acerca do tema. Poderia exemplificar com algumas situações. Uma delas ocorreu numa escola de Educação Infantil, ainda enquanto estagiária. Havia uma

menina que gostava de brincadeiras que estimulavam mais o movimento e a agressividade⁴. Geralmente, essa garotinha juntava-se aos meninos quando decidia brincar. Certa vez, sua professora a reprimiu em uma de suas brincadeiras, dizendo-lhe que não deveria brincar com meninos, e a chamando para brincar com as bonecas.

Mais tarde, já enquanto professora auxiliar de uma sala, percebia crianças reproduzindo uma canção com o cunho bastante erotizado. Essas crianças tinham cerca de sete anos de idade. Bilhetes com frases eróticas também foram encontrados por mim, no pouco contato que tive com a escola, principalmente com os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Nesse sentido, a partir dessas observações, despertou-se o interesse em pesquisar e estudar a temática da educação sexual no Ensino Fundamental, em relação à cidade de Marília – SP, em especial, em minha área de atuação, qual seja, os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Assim, ao serem refletidos os aspectos supracitados, fora formulada a questão base que orientou a pesquisa, qual seja: como a sexualidade é abordada pelos/as professores/as nas escolas de educação básica da cidade de Marília, especificamente referente à etapa dos anos iniciais do Ensino Fundamental?

A escolha do locus que representaria a pesquisa se deu a partir do contato enquanto aluna, estagiária e professora de escolas municipais da cidade de Marília, conforme já assinalado, visto que, a educação sexual tornou-se, para mim, uma preocupação pessoal e profissional, considerando que em partes minha educação em relação à sexualidade, foi formulada em escolas municipais marilienses. Por outro lado, minha prática profissional também é constituída no contexto da rede municipal de ensino da cidade de Marília.

A opção pela escola envolvida na pesquisa, ocorreu mediante a constatação de bons desempenhos em avaliações externas referentes a essa escola, demonstrados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), calculado nos últimos anos. Não ignorando a ampla discussão articulada dentre os/as pesquisadores/as da área de gestão e políticas educacionais, que criticam a representatividade de tais índices quanto à qualidade da educação, os índices das avaliações externas são um dos únicos recursos existentes para o conhecimento de dados acerca do desempenho escolar. Nesse sentido, pensou-se ser proveitoso envolver na pesquisa sobre as práticas em relação à educação sexual, uma escola

⁴ Para Whitaker (1988), a agressividade estaria relacionada ao impulso que movimenta o indivíduo a proferir suas atitudes para suprir suas necessidades e conquistar seus objetivos.

que é considerada de qualidade, conforme a forma como a política educacional brasileira avalia essa questão.

A escola, como visto anteriormente, configura-se em um entre os vários espaços e aparatos existentes que podem influenciar na forma como o sujeito compreende e vive sua sexualidade. A partir da inserção de um tema como esse, no currículo escolar, proposta em uma das principais políticas curriculares norteadoras das práticas docentes da educação básica, em âmbito nacional, julga-se ser necessária a realização de pesquisas que, de alguma forma, forneçam o conhecimento sobre como as escolas abordam os assuntos relacionados ao tema *sexualidade*, respeitando-se as diferentes realidades e as particularidades de cada etapa da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões da presente pesquisa, primeiramente, foram elaboradas em vista dos objetivos contemplados.

Nesse sentido, a partir das leituras acerca do material bibliográfico já produzido sobre o tema em questão, percebe-se que as questões relacionadas à sexualidade sempre sofreram, de alguma forma, a influência de setores e correntes hegemônicas em cada período histórico, o que se estendeu também em relação à realidade brasileira.

Inicialmente, a religiosidade exercia forte controle sobre as práticas sexuais, apontando as condutas que poderiam ser aceitas, como também, aquelas que eram anormais, as quais eram relacionadas, principalmente, à ideia de pecado.

Em realidade, a religião tem, historicamente, papel importante na construção de condutas preconceituosas acerca das questões relacionadas à sexualidade, contribuindo com a formulação de concepções sexistas e machistas que a limitam e a normatizam. A sexualidade é, então, relacionada a atributos pejorativos, conforme os dogmas religiosos, segundo os quais ela deve ser restrita à procriação. Extingue-se, portanto, a sexualidade na infância e na velhice e entre casais homoafetivos. Extingue-se o prazer.

Mais tarde, a partir do advento do modo de produção capitalista, a sexualidade foi pensada de forma a servir aos interesses de grupos dominantes, para os quais, as questões sexuais deveriam ser reprimidas em vista de bons desempenhos no trabalho. O sentimento de culpa originado a partir dos preceitos cristãos, é agora aliado à necessidade de produzir. Nesse sentido, o corpo é novamente limitado, agora, ao capital. Assim como as demais atividades de lazer, que deveriam ser extintas em função da produtividade, o sexo e a sexualidade seriam limitados apenas à sua dimensão “útil”. Dessa forma, a utilidade do sexo estaria apenas na procriação, ao passo que essa auxiliaria no aumento da mão de obra necessária à manutenção do sistema. Por outro lado, o prazer se torna um princípio inútil, distante dos ideais burgueses, visto que o corpo agora é uma máquina e, portanto, inexpressivo.

Para essa concepção, tanto os dogmas religiosos, quanto as novas concepções científicas acerca da sexualidade, tinham grandes contribuições.

Assim, com o desenvolvimento das ciências, a sexualidade passou a ser controlada pelas correntes médicas, as quais objetivavam especialmente o combate à masturbação e às doenças venéreas, concepção que influenciou fortemente as condutas sexuais no Brasil a partir do século XX.

Desse modo, ao passo que as explicações científicas acerca das coisas começaram ter espaço privilegiado em relação ao campo normativo sobre as práticas sexuais, a medicina veio legitimar, mais uma vez, concepções limitadas acerca da sexualidade. Assim sendo, no momento em que as condutas sexuais começaram a se aliar a princípios de liberdade, engendrados por meio de movimentos sociais, contra-cultura, no século XX, o conhecimento científico conduziu as novas concepções sexuais de forma a interromper a liberalização da sexualidade, a qual passou a ser relacionada às doenças venéreas. Sexualidade não é prazer agora, é risco, é morte, é medo.

É importante salientar, contudo, que a modificação das concepções acerca da sexualidade, embora tenham acompanhado ora os dogmas religiosos, ora as correntes médicas, ao passo que essas concepções sofreram o processo de modificação, não significa dizer que uma excluiu a outra, sendo que, as concepções religiosas, burguesas e médico-higienistas, se fazem presentes ainda na atualidade.

A educação sexual, por sua vez, acompanhou essas concepções antissexuais e/ou limitadas acerca da sexualidade. No Brasil, conforme as leituras realizadas, a história da institucionalização do tema da sexualidade em escolas é preconizada por tentativas pontuais de implementações da educação sexual, que sempre foram impedidas de serem concretizadas, ainda que essas experiências tenham, em sua maioria, acompanhado o discurso médico-higienista, cuja preocupação estaria relacionada à prevenção de doenças.

Mais tarde, num contexto em que a sociedade brasileira estava preocupada com a epidemia de DSTs (Doenças Sexualmente Transmissíveis), com a gravidez indesejada, ocorreu a introdução do tema da sexualidade num dos principais documentos orientadores das práticas docentes em escolas brasileiras, qual seja os *Parâmetros Curriculares Nacionais*.

Entretanto, a sexualidade, na atual realidade brasileira, ainda está aquém dos ideais assinalados dentre os/as autores/as pesquisados/as. Ocorre que existe, em relação à temática, uma grande contradição entre concepções. Se, por um lado a sexualidade tornou-se um importante recurso utilizado pela indústria cultural, para a venda de produtos, para o aumento da audiência, para o comércio musical, entre outros, sendo exposta de forma demasiadamente erotizada e banalizada, por outro lado, não há instâncias que permitam a discussão do tema da sexualidade de forma ampla, ou seja, que proporcione reflexão sobre todas suas dimensões.

Dessa forma, a introdução da sexualidade no currículo da escola, por meio dos PCNs, conforme a leitura realizada dentre as produções de pesquisadores/as da área, não garantiu o esclarecimento a respeito do tema para os/as educandos/as, visto que, as políticas pensadas para essa questão, não asseguraram para as instituições escolares e seus/as agentes, os

aparatos que lhes permitissem transcender os entraves que o trabalho com um tema como esse iria proporcionar.

Essas dificuldades estariam relacionadas à falta de uma formação específica para os/as educadores/as que lhes possibilitasse superar as próprias dificuldades em lidar com temas relacionados à sexualidade, pois o assunto envolve questões pessoais, bem como valores muitas vezes ligados a dogmas religiosos e a concepções sobre a infância, as quais impedem o desenvolvimento de atitudes e práticas condizentes com uma concepção emancipatória a respeito da sexualidade.

Assim, as tentativas de implementar a educação sexual na escola, ao invés de proporcionarem a superação de compreensões que estimulam o preconceito, a ignorância em relação à sexualidade e ao gênero, reproduzem concepções limitadas sobre o assunto, em grande parte, relacionando-o à doenças ou à reprodução humana, quando não ocorre a repressão ou a ignorância das manifestações sexuais no espaço escolar.

Contudo, para a crítica ou a avaliação de uma política curricular, é importante considerar as necessidades, opiniões, preocupações, concepções, dificuldades daqueles/as que participam ativamente do processo educativo, quais sejam os/as professores/s e educadores/as, de forma a relacionar sua atuação com as políticas, as normas e propostas educacionais a respeito do tema em questão.

Por meio das entrevistas realizadas, foi possível perceber que as falas dos/as professores/as atuantes na escola participante da presente pesquisa, condizem com as reflexões e estudos sobre a temática da educação sexual.

Em relação às práticas dos professores/as dos anos iniciais do Ensino Fundamental do município de Marília, acerca da educação sexual na escola, compreendeu-se que, em certos momentos, representam um avanço, no sentido de que não reprimem as expressões da sexualidade na escola, pois em diversas situações foi relatada a tentativa de diálogo com as crianças.

Por outro lado, a abordagem é limitada se considerarmos que algumas questões importantes não são trabalhadas com as crianças, ainda que essas demonstrem ter curiosidade sobre elas. Isso ocorre quando, por exemplo, as crianças questionam sobre as relações homoafetivas. Nesse sentido, não são possibilitados espaços e momentos para a reflexão sobre a sexualidade em seu sentido amplo.

Além disso, foi possível observar que as práticas dos/as professores/as, muitas vezes, limitam-se à abordagem sobre o sistema reprodutor e sobre as doenças sexualmente transmissíveis. Nesse sentido, compreende-se que a abordagem presente na prática dos/as

professores/as entrevistados/as, condiz com a abordagem biológico-higienista, não rompendo com a forma como as práticas em educação sexual foram iniciadas no país, conforme o estudo demonstrou. Isso também é observado quando é justificada a necessidade de se abordar a sexualidade na escola, pois a gravidez indesejada, a contração de DSTs, são as grandes preocupações que explicariam o trabalho com a temática no espaço escolar.

Em relação ao currículo em educação sexual, foi possível identificar uma concepção limitada presente nas falas dos/as professores/as. Em primeiro lugar, alguns entrevistados/as não reconheceram a existência da sexualidade como parte do currículo da escola. Em segundo lugar, o reconhecimento sobre a presença no currículo de conteúdos relacionados à sexualidade limita-se na separação de sua abordagem por ano/série, o que demonstra a dificuldade com que é compreendida a transversalidade, pelos/as educadores/as. Além disso, foram apresentados conteúdos como o corpo humano, o sistema reprodutor e as DSTs, como conteúdos curriculares que abordam a sexualidade.

Nesse sentido, foi possível perceber que a concepção de currículo presente entre os/as professores/as é a de seleção e organização de conteúdos conceituais. Os conteúdos atitudinais não foram mencionados quando questionados sobre o currículo em educação sexual. Além disso, muitas vezes, a justificativa de não trabalhar a sexualidade esteve pautada em sua ausência no currículo direcionado à turma com que cada um/a trabalha, demonstrando que a limitação em relação à educação sexual também se encontra na compreensão do currículo, pois esse é concebido como um elemento estático e pronto, sem possibilidade de transformação.

Em relação às dificuldades, por meio da entrevista, foi possível perceber que essa questão também condiz com a explanação das produções estudadas. Dentre as dificuldades apresentadas, esteve o receio em relação à reação das famílias, na abordagem da temática e o desconhecimento sobre como, o que abordar, e a linguagem a ser utilizada acerca das questões relacionadas à sexualidade, na prática cotidiana.

Outro fator assinalado em relação às dificuldades dos/as entrevistados/as está a falta de formação que o/a auxilie na abordagem em educação sexual, em sua prática docente, o que foi um aspecto citado entre os/as autores da área. Em realidade, a questão da formação, acaba aparecendo relacionada a todos os outros entraves. Assim, observa-se que o trabalho com o tema em questão, na escola, se faz por achismos ou pela impressão que o/a professor/a tem sobre a forma como deve ser realizado seu trabalho nesse sentido. Isso é perceptível em suas falas, quando identifica-se, em vários momentos, a insegurança com que se dá a prática docente em relação à abordagem da sexualidade.

Dessa forma, é possível estabelecer a relação de que os/as professores/as promovem educação sexual se baseando na forma como eles/as mesmos/as foram educados quanto a essa questão, visto que seus relatos de experiências a respeito de como ocorrera sua educação sexual, em muito se assemelham a forma como esse/a profissional conduz a sua prática, reproduzindo o tabu com que a sexualidade fora lhe apresentada, o que se traduz nos sentimentos de medo e receio quando ao lidar com o tema.

A sexualidade é, dessa forma, um assunto complexo para os/as professores/as e, muito embora esses/as digam reconhecê-la no universo infantil, sua prática demonstra o conceito de que existe um limite para ser discutido esse tema com as crianças. A crença em que falar sobre ele é estimular a prática sexual, as omissões de assuntos polêmicos, são indícios de que a concepção de infância presente em suas falas, é a concepção moderna de inocência e pureza infantil, para qual a sexualidade torna-se algo sujo e impróprio. Há, portanto, a ideia de uma infância abstrata, desconsiderando-se o contexto no qual as crianças estão inseridas, onde estão presentes muitas informações a respeito da sexualidade.

Analisando as informações implícitas nas entrevistas, percebe-se que há uma grande dificuldade, por parte dos/as professores/as em refletir sobre questões mais amplas sobre seu trabalho, como a função social da educação e da escola. Acostuma-se a cumprir ordens, a aceitar um currículo pronto, sem que se faça a reflexão sobre esse e a valorizar apenas conteúdos que aparecem nos índices das avaliações externas. Assim, a sexualidade, bem como os demais temas propostos no currículo transversal, são conteúdos secundários frente ao que é considerado necessário em relação à aprendizagem das crianças.

A sobrecarga de seu trabalho, as cobranças, o medo de perder credibilidade ou seu sustento, dentre outros aspectos, têm a sua responsabilidade sobre a forma como os/as professores/as lidam com as questões apresentadas. Adquire-se um costume escolar de não propor o que está fora dos “combinados”, pelo medo da repreensão. Opta-se pelo conforto, por evitar-se o conflito, por permanecer reproduzindo práticas e por não refletir sobre as questões que envolvem a função de seu trabalho. Assim, é que são criados os pensamentos de que na prática a teoria é outra, pois não há um momento em que esses assuntos são discutidos.

Por outro lado, convenhamos que, sabendo que a maioria dos/as entrevistados/as construiu sua concepção sobre sexualidade, no contexto tradicional e repressor, não há como culpabilizar esse/a profissional, ao passo que não foi lhe dada a oportunidade de aprender e rever seus conceitos.

Ao pensar-se, então, na maneira como a sexualidade é proposta pelos PCNs, é possível compreender que, os problemas sobre a forma como ela é implementada, na escola, já

começam na própria política curricular, que a coloca como um tema transversal, sem esclarecer o que isso realmente significa na prática pedagógica.

Além disso, em realidade, a forma como está sendo conduzida a educação sexual nas escolas, cumpre, grosso modo, o que é apresentado pelas políticas curriculares tanto dos PCNs, quanto a própria política curricular municipal. Na primeira, é dada ênfase no aspecto preventivo, embora cite, sem aprofundar, algumas ideias básicas, por exemplo, sobre as questões de gênero. A política do município, por sua vez, nem sequer menciona transversalidade e, no decorrer dos primeiros anos do Ensino Fundamental, só é possível relacioná-la ao conhecimento sobre o corpo e às DSTs, conforme é explanado pelo documento norteador das práticas educacionais das escolas do município, lócus desta pesquisa.

Nesse sentido, é necessário pensar-se na necessidade de reformulação das políticas curriculares voltadas à educação sexual, de forma a contemplar os estudos de referência sobre essas questões.

Ademais, para que ocorra efetivamente a educação sexual nas escolas, não há como não responsabilizar a formação dos/as profissionais da educação. Esta, deveria proporcionar-lhes a reflexão sobre a sua própria forma de compreender a sexualidade, seus tabus e preconceitos. Além disso, é preciso que nessa formação, ocorrida seja em cursos oferecidos pelas Secretarias de Educação, seja em horários de estudos coletivos pelos/as professores/as, sejam repensados assuntos que, muitas vezes, são deixados de lado quando o/a profissional lida com a realidade da escola e todos os seus problemas.

Percebe-se, pois, que o campo da sexualidade e gênero, ainda tem um complexo processo a ser enfrentado, que envolve valores, fortemente arraigados pela sociedade e que influenciam direta ou indiretamente no processo educativo.

Em grande medida, a religião ainda vem exercendo poder sobre a forma como se concebe a sexualidade e acaba estando intrínseca ao discurso daqueles que demonstram-se contra às políticas de inserção das questões de gênero e sexualidade na escola, vide o exemplo do que ocorreu com o último PNE, em âmbito nacional e municipal. É preciso repensar sobre a laicidade da educação e em que medida ela está sendo respeitada, na atualidade, pois em diversos momentos do dia-a-dia escolar e, conforme demonstrado no presente estudo, até mesmo na fala de professores/as dirigidas aos/as seus/suas alunos/as, esse princípio acaba sendo desconsiderado.

Frente a todas essas questões, espera-se que esse estudo possa contribuir com a reflexão sobre os aspectos apresentados e reforçar a importância de que a educação sexual

seja um tema que transcenda os muros escolares, em busca da superação dos mitos e preconceitos acerca dessa questão, de forma a possibilitar a valorização da diversidade, bem como da vivência livre da sexualidade.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, A. *As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate*. Lua Nova: São Paulo, 2009.
- ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BARROSO, C.; BRUSCHINI, C. *Educação sexual: debate aberto*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- BONAMINO, A. M. C; MARTÍNEZ; S. A. Diretrizes e parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental: a participação das instâncias políticas do Estado. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 368-385, set. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008000018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 jun. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302002008000018>.
- _____.; SOUZA, S. Z. L. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/2012nahead/aopep633.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2016.
- BORGES, E. M. *Identidade e resistência: as crianças e as representações televisuais de corpo e sexualidade*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2004.
- BRAGA, A. V. Identidade sexual e cultura escolar: uma crítica à versão de sexualidade contida nos PCN. *Revista Iberoamericana de Educação*, Espanha, v. 40, n.2, p. 1-9, 2006. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/1217.htm>>. Acesso em: 22 abr. 2015.
- BRAGA, E. R. M. Educação sexual na infância. In: FIGUEIRÓ, M. N. D.; RIBEIRO, P. R. M.; MELO, S. M. M. (Org.). *Educação sexual no Brasil: panorama de pesquisas do sul e do sudeste*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, v. 1, p. 179-185.
- _____.; YASLLE, E. G. O desenvolvimento da sexualidade. In: RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal; FIGUEIRÓ, M. N. D. *Sexualidade, cultura e educação sexual: propostas para reflexão*. Araraquara: FCL – UNESP Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006, p. 111-139.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: temas transversais – orientação sexual*. Brasília, DF, 1998.
- CABICEIRA, G. O. *Olhares de “crianças” sobre gênero, sexualidade e infância*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2008.

CABRAL, J. T. *A sexualidade no mundo Ocidental*. Campinas: Papirus, 1995.

CAÇÃO, M. I. *Currículo: concepções, teoria e prática*. Marília/SP, 2012. (Digitado)

CARREDORE, V. M. RIBEIRO, P. R. M. Aids, sexualidade e prevenção no espaço escolar: algumas reflexões. In: RIBEIRO, P. R. M.; FIGUEIRÓ, M. N. D. (Org.). *Sexualidade, cultura e educação sexual: propostas para reflexão*. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2006, p. 89-110.

CASTRO E SILVA, R. *Orientação sexual: possibilidade de mudança na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2002. (Coleção Dimensões da Sexualidade).

CÉSAR, M. R. A. A invenção da sexualidade e seus desdobramentos. *Educar em revista*, Curitiba: UFPR, n. 35, p. 37-51, set./dez. 2009.

CHAUÍ, M. *Repressão sexual: essa nossa (des) conhecida*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DAHRENDORF, R. *O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisa qualitativas. Curitiba, *Educar em Revista*, n. 24, p. 213-225, 2004. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/view/2216>. Acesso em: 23 jun. 2016.

FARIA, N. (Org.). *Sexualidade e gênero: uma abordagem feminista*. São Paulo: SOF, 1998. (Coleção Cadernos Sempreviva).

FELIPE, J. Afinal, quem é mesmo pedófilo? *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 201-223, jan./jun. 2006. Disponível em: < FELIPE, Jane. Afinal, quem é mesmo pedófilo? *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 201-223, jan./jun. 2006.> Acesso em: 3 jul. 2015.

FERREIRA, N. B. P.; RIBEIRO, P. R. M. Sexualidade e história: fissuras no presente. In: FIGUEIRÓ, M. N. D.; RIBEIRO, P. R. M.; MELO, S. M. (Org.). *Educação sexual no Brasil: panorama de pesquisas do sul e do sudeste*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, v. 1, p. 19-24.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação Sexual: como ensinar no espaço da escola. In: _____. (Org.). *Educação Sexual: múltiplos temas, compromisso comum*. Londrina: UEL, 2009. p. 141-169.

_____. *Educação sexual: retomando uma proposta, um desafio*. Londrina: UEL, 1996.

_____. *Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível*. Campinas: Mercado de Letras; Londrina: Eduel, 2006. (Coleção Dimensões da Sexualidade).

_____. A formação de educadores sexuais: possibilidades e limites. A formação de educadores sexuais: possibilidades e limites. Marília, 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de São Paulo.

- FILHO, F. S. T.; BARREIRO, L.; VIEIRA, P. M. Corpo, afecto e sexualidade: uma experiência da abordagem das Sexualidades a partir das Artes. In: Simpósio Paraná - São Paulo de Sexualidade e Educação Sexual, 1, 2005, Araraquara-SP, *Anais do I Simpósio Paraná - São Paulo de Sexualidade e Educação Sexual*. Araraquara, UNESP, 2005, p. 75-76.
- FRANCO, M. L. P. B. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Brasília, DF: Liber, 2008.
- FREIRE, P. *Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo: Editora Olho d'água, 1997.
- _____. *Pedagogia do Oprimido*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FURLANI, J. *Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- GAGLIOTTO, G. M.; LEMBECK, T. Sexualidade e adolescência: a educação sexual numa perspectiva emancipatória. *Educere et Educare: Revista de Educação*, Cascavel, v. 6.n.11, p. 93-109, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/viewArticle/4802>. Acesso em: 24 out. 2013.
- GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.
- GÓMEZ, A. I. P. As funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. In: SACRISTÁN, J. G.; GÓMEZ, A. I. P. *Compreender e transformar o ensino*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 13-26.
- GUIMARÃES, I. *Educação sexual na escola: mito e realidade*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.
- HOLLOWAY, J. *Fissurar o capitalismo*. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.
- JACOMELI, M. R. M. *Dos Estudos Sociais aos Temas Transversais: uma abordagem histórica dos fundamentos teóricos das políticas educacionais brasileiras (1971-2000)*. 2004. 202 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas. 2004.
- KRAMER, S. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- LEÃO, A. M. C.; RIBEIRO, P. R. M. Sexualidade sem trauma: trabalhando gênero e corpo com crianças de uma escola municipal de educação infantil. In: MONTEIRO, S. A. I.; RIBEIRO, R.; LEMES, S. S.; MUZZETI, L. R. (Org.) *Educações na contemporaneidade: reflexões e pesquisa*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2011. p. 215-228.
- LOURO, G. L. Pedagogias da Sexualidade. In: *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. (Org.). Belo Horizonte: Autentica, 2000. p. 07 – 34.

LUDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, E. F. Parâmetros Curriculares Nacionais: a falácia de seus temas transversais. In: MOREIRA, A. F. B. (org.). *Currículo: políticas e práticas*. Campinas: Papirus, 1999. p. 43-58.

MAIA, A. C. B. Identidade e papéis sexuais: uma discussão sobre gênero na escola. In: _____.; MAIA, A. F. *Sexualidade e Infância*. Bauru: FC/CECEMCA; Brasília, DF: MEC/SEF, 2005. p.66-83.

_____. O desenvolvimento da sexualidade na infância. In: _____.; MAIA, A. F. *Sexualidade e Infância*. Bauru: FC/CECEMCA; Brasília, DF: MEC/SEF, 2005. p. 84-101.

_____.; RIBEIRO, P. R. M. Educação sexual: princípios para ação. *Doxa: Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, Araraquara, v.15, n.1, p.75-84, 2011.

_____.; SPAZIANI, R. B. Manifestações da sexualidade infantil: percepção de pais e professoras de crianças de 0 a 6 anos, *Linhas*, Florianópolis, v. 11, n. 01, p. 68 – 84, jan. / jun. 2010. Disponível em: http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2017/pdf_43. Acesso em: 18 dez. 2015.

MANZINI, E. J. *Considerações sobre a transcrição de entrevistas*. 2008. Disponível em: http://www.oneesp.ufscar.br/texto_orientacao_transcricao_entrevista. Acesso em: 15 jan. 2016. (Digitado).

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARINHO, N. Feminização do magistério: contribuições da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino - 1922. In: Reunião Anual da Anped, 30a., 2007, Caxambu. *Anais da Anped: 30 anos de pesquisa e compromisso social*. Rio de Janeiro: Anped, 2007. v. 1. p. 1-16. Disponível em: <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT02-3437--Int.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2016.

MARIUZZO, P. Escolas inglesas mostram modelos familiares alternativos. *Ciência e cultura*, São Paulo, v. 59, n. 3, p. 18-19, set. 2007. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v59n3/a10v59n3.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2016.

MARTINS, E. S. T. *et al.* Psicanálise e homossexualidade: da apropriação à desapropriação médico-moral. *Ide*, v. 36, n. 57, p. 163-177, jan. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062014000100013&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt Acesso em: 20 mai. 2015.

MELLO, L. I. A.; COSTA, L. C. A. *História moderna e contemporânea*. São Paulo: Scipione, 1993.

MONTARDO, J. A escola e a educação sexual. *Educação, Ciência e Cultura*, Canoas – RS, v. 13, n. 1, p.161-174, jan./jun. 2008. Disponível em:

<<http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/issue/view/3/showToc>>. Acesso em: 28 mai. 2015.

MOREIRA, A. F. B; CANDAU, V. M. Currículo, conhecimento e cultura. In: _____.; _____. *Indagações sobre currículo : currículo, conhecimento e cultura*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. p.17-48.

NUNES, C. A. *Desvendando a sexualidade*. Campinas: Papirus, 1987.

NUNES, M. J. F. R. *A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica*. Belo Horizonte. v. 13, n. 39, jul./set. 2015 . Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2015v13n39p1237/8629>. Acesso em: 3 jan. 2015.

PAZ, C. D. A. Gênero e sexualidade: como trabalhar na escola? In: Fazendo gênero 10, 2013, Florianópolis. *Anais do Fazendo Gênero 10 desafios atuais dos feminismos*, Florianópolis, 2013, v.1, p.1-13. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384269735_ARQUIVO_ClaudiaDenisAlvesdaPaz.pdf. Acesso em: 21 jan. 2016.

REGIONAL SUL 1/CNBB, 2015. Disponível em: <https://www.rs21.com.br/espiritualidade/ecclesia/23062015-a-ideologia-do-genero/>. Acesso em: 22 jan. 2016.

RIBEIRO, P. R. M. A sexualidade na história. In: _____. (Org.). *Sexualidade e educação sexual: apontamentos para uma reflexão*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2002. p. 9-16.

_____. *Educação sexual além da informação*. São Paulo: EPU, 1990.

_____. Sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos In: BORTOLOZZI, A. C.; MAIA, A. F. *Sexualidade e Infância*. Bauru: FC/CECEMCA; Brasília, DF: MEC/SEF, 2005. p. 16-33.

_____. *Uma contribuição ao estudo da sexualidade humana e da educação sexual*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 1989.

ROSA, M. V. F. P. C; ARNOLDI, M. A. G. C. *A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SACRISTÁN, J. G.; O currículo: os conteúdos do ensino ou uma análise da prática? In: _____.; GÓMEZ, A. I. P. *Compreender e transformar o ensino*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 119-148.

_____. *O Currículo, uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, C.; BRUNS, M. A. T. *A educação sexual pede espaço: novos horizontes para a práxis pedagógica*. São Paulo: Ômega, 2000.

SAYÃO, Y. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO, J. G. (Org.). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997. p. 107-117.

SILVA, A. K. L. S. Diversidade sexual e de gênero: a construção do sujeito social. *NUFEN*. São Paulo, v.5, n.1, p. 12-25, jan./jul. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912013000100003. Acesso em: 16 fev. 2016.

SOUZA, M. C. C. C. Sexo é uma coisa natural? a contribuição da psicanálise para o debate sexualidade/escola. In: AQUINO, J. G. (Org.). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997. p. 11-25.

SUPLICY, M. *Sexo se aprende na escola*. 2. ed. São Paulo: Olho D' Água, 1999. (GTPOS – Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual).

VITIELLO, N.; CONCEIÇÃO, I. SC. Manifestações da sexualidade nas diferentes fases da vida. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*. São Paulo, v. 4, n. 1, p. 47-60, jan./jun. 1993. Disponível em: <http://www.sbrash.org.br/revistas/rbsh/sbrash/manifesta%C3%A7%C3%B5es-da-sexualidade-das-diferentes-fases-da-vida>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

WEREBE, M. J. G. *Sexualidade, política e educação*. Campinas: Autores Associados, 1998.

WHITAKER, D. *Mulher e homem: o mito da desigualdade*. São Paulo: Moderna, 1988. (Coleção Polêmica).